

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.611.307 - MS  
(2019/0325282-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : OZIEL MARQUES DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEIWES WILLIAM BOSSON NANTES - MS010903**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
DO SUL**

**EMENTA**

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME MILITAR. RECURSO DO MPF. CONCESSÃO DE INDULTO. AÇÃO CONSTITUCIONAL DECLARATÓRIA DE PERDA DE GRADUAÇÃO E EXCLUSÃO DOS QUADROS DA PM. ATRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

Conforme precedentes desta Corte, o Tribunal **a quo**, ao julgar a ação declaratória de perda de graduação, exerce atribuição administrativa. Portanto, descabida a interposição de recurso especial para impugnar o acórdão que julga a referida ação.

Agravo regimental **desprovido**.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 10 de março de 2020(Data do Julgamento)

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**

Relator